

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 3 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-666-9 DOI 10.22533/at.ed.669192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte. No 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade e no 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	
Edilma de Jesus Louzeiro Cruz	
Erisvan Sales Oliveira	
Raimunda Nonata da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.6691927091	
CAPÍTULO 2	11
A EXPRESSIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - DESAFIOS DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Regina Zanella Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.6691927092	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES DURANTE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Ana Luiza Sobrinha Silva Souza	
Emília Karla de Araújo Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6691927093	
CAPÍTULO 4	36
A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E À MODA DA POLÍTICA IDENTITÁRIA	
Emanuel Oliveira da Costa	
Emelinne Bezerra Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.6691927094	
CAPÍTULO 5	43
APROXIMAÇÕES ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS HUMANAS BASEADAS NA BNCC: O LUGAR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ESCOLA	
Roberta Dall Agnese da Costa	
Ana Cláudia Reis de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6691927095	
CAPÍTULO 6	54
AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	
Consolação Linhares de Carvalho Coelho	
Antonia de Abreu Sousa	
Amarílio Gonçalves Coelho Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6691927096	

CAPÍTULO 7 64

ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE:
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA ENFERMAGEM

Antonia de Fátima Zanchetta Serradilha
Elza de Fátima Ribeiro Higa
Dircelene Jussara Sperandio
Marli Terezinha Casamassimo Duarte
Vera Lucia Pamplona Tonete

DOI 10.22533/at.ed.6691927097

CAPÍTULO 8 77

CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA EDUCITEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NO AMAZONAS

Wagner Gomes de Oliveira
Carolina Menandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6691927098

CAPÍTULO 9 88

“CRISE DA DOCÊNCIA” E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Izaque Pereira de Souza
Teresa Kazuko Teruya
Wellington Junior Jorge

DOI 10.22533/at.ed.6691927099

CAPÍTULO 10 98

DA TEORIA À PRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS EM UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Anderson Moisés Barbosa Souza Chagas

DOI 10.22533/at.ed.66919270910

CAPÍTULO 11 105

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO
CONTINUADOS DOS PROFESSORES

Ludimar Pegoraro
Arã Paraguassu Ribeiro
Rodrigo Regert
Kleber Prado Filho
Patrícia de Deus e Silva
Rosana Rachinski D`Agostini
Marissol Aparecida Zamboni
Fátima Noely da Silva
Eliane Baldo Fantinel
Marcelo Ricardo Colaço

DOI 10.22533/at.ed.66919270911

CAPÍTULO 12 117

É POSSÍVEL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE PRÁTICAS LÚDICAS? RELATO DE EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÃO DISCENTE DO CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Alexsandro Ferreira Guimarães
Camila Silva Martins
Ana Gabriela Pericolo Nunes
Ana Paula Oliveira Barbosa
Paula Pillar Pinto
Marilene Porawski

DOI 10.22533/at.ed.66919270912

CAPÍTULO 13 125

FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONSTRUÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO OU RESGATE?

Juliana Alvares Duarte Bonini Campos

DOI 10.22533/at.ed.66919270913

CAPÍTULO 14 133

HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O TEMPO/ESPAÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jessica Rautenberg
Rita Buzzi Rausch

DOI 10.22533/at.ed.66919270914

CAPÍTULO 15 141

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.
Marcia Reami Pechula

DOI 10.22533/at.ed.66919270915

CAPÍTULO 16 148

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.66919270916

CAPÍTULO 17 157

O PARFOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Raul da Silveira Santos
Francisco Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.66919270917

CAPÍTULO 18 168

O PROJETO INTEGRADOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFPA

Robson de Sousa Feitosa
Vanderlei Antonio Stefanuto
Soraya Farias Aquino
Alessandra Ribeiro Duarte

DOI 10.22533/at.ed.66919270918

CAPÍTULO 19	181
OS NOVOS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES HUMANISTAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA	
Pedro Henrique Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.66919270919	
CAPÍTULO 20	188
WORKSHOP DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Kelly Cristina Gavião Luchi	
DOI 10.22533/at.ed.66919270920	
PARTE 2 - EDUCAÇÃO E ARTE	
CAPÍTULO 21	195
(DESCONSTRUINDO) ESTEREÓTIPOS: NARRATIVAS EM TORNO DO ENSINO DA ARTE	
Mikael Miziescki	
Marcelo Feldhaus	
DOI 10.22533/at.ed.66919270921	
CAPÍTULO 22	207
10 EDIÇÕES DO <i>ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP</i> : O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PUBLICAÇÕES GERADAS PELAS COMUNICAÇÕES ORAIS	
Paulo Roberto Prado Constantino	
DOI 10.22533/at.ed.66919270922	
CAPÍTULO 23	215
EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE	
Aline Raquel Costa de Oliveira	
Cassiano de Almeida Barros	
Andreia Miranda Moraes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.66919270923	
CAPÍTULO 24	223
ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
Deise Marins Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.66919270924	
CAPÍTULO 25	234
MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
José Carlos Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.66919270925	

CAPÍTULO 26	243
O MATERIAL DIDÁTICO PARA BANDAS DE MÚSICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE USO Fernando Vieira da Cruz DOI 10.22533/at.ed.66919270926	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE

Christiane de Faria Pereira Arcuri

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Aplicação / CAp, Mestrado Profissional
de Ensino em Educação Básica / PPGEb,
Licenciatura em Artes Visuais / IART
Rio de Janeiro

Deise Marins Alcântara

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

RESUMO: O artigo *Ensino de Artes: fronteiras entre currículo e pesquisa docente* traz resultados preliminares de pesquisa acadêmica (desenvolvida numa universidade pública) sobre as diretrizes curriculares no ensino de Artes Visuais nas redes municipal e estadual do Rio de Janeiro - em paralelo aos fundamentos propostos na Base Nacional Comum Curricular / BNCC (2018). O estudo dos currículos vigentes na Educação Básica suscita questionamentos acerca das trajetórias dialógicas correspondentes entre a pesquisa autoral e os processos metodológicos dos docentes atuantes na escola pública. Deste modo, algumas hipóteses são delineadas a fim de balizar o estudo, como por exemplo: Em que medida os currículos institucionais balizam projetos e pesquisas autorais dos docentes amparados na historiografia da arte?; É possível a articulação dos programas curriculares com novos processos metodológicos / artísticos

condizentes com as manifestações artísticas da cultura visual do cotidiano?; Como adaptar as teorizações curriculares à formação cultural dos alunos e, do mesmo modo, às particularidades da sala de aula e do espaço escolar? Espera-se que este artigo amplie as fronteiras experienciadas entre as diretrizes curriculares institucionalizadas e a pesquisa autoral docente em Artes Visuais a fim de que a prática educativa na Educação Básica esteja em consonância com a dinamização do cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Artes; Educação Pública.

ABSTRACT: The article *Teaching Arts: borders between curriculum and teaching research* brings preliminary results of academic research (developed at a public university) on curricular guidelines in the teaching of Visual Arts in Rio de Janeiro municipal and state networks - in parallel to the foundations proposed in the Base National Common Curriculum / BNCC (2018). The study of the current curricular in basic education raises questions about the corresponding dialogical trajectories between the authorial research and the methodological processes of the teachers working in the public school. Thus, some hypotheses are outlined in order to guide the study, such as: To what extent do institutional curricular guide projects and authorial research of teachers supported by art

historiography ?; Is it possible to articulate curriculum programs with new methodological / artistic processes consistent with the artistic manifestations of everyday visual culture? How to adapt curricular theorizations to the students' cultural formation and, similarly, to the particularities of the classroom and school space? It is hoped that this article will broaden the boundaries experienced between institutionalized curriculum guidelines and authorial research in Visual Arts so that the educational practice in Basic Education is in line with the dynamism of school daily life.

KEYWORDS: Curriculum; Arts; Public education.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo *Ensino de Artes: fronteiras entre currículo e pesquisa docente* surge a partir de estudos preliminares sobre as diretrizes curriculares na área de Artes Visuais na educação pública (redes municipal e estadual) do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. Tal grupo de pesquisa acadêmica em andamento na universidade pública preocupa-se com a constituição curricular na Educação Básica, isto é, como se dão as correspondências metodológicas entre o currículo institucionalizado e a pesquisa autoral docente.

Para tanto, os currículos da disciplina de Artes Visuais para a Educação Básica disponibilizadas pelas secretarias de educação tornam-se foco inicial da pesquisa para o entendimento do quão atuam como apoio pedagógico e artístico para os docentes. É preciso dizer que esse estudo surge impulsionado por questões acerca do tema para uma docente da área de Artes envolvida por cerca de duas décadas no magistério - da Educação Básica à pós-graduação -, em conjunto com alunos-pesquisadores: licenciandos/breves docentes e egressos/mestrandos – estes, já na labuta da sala de aula. Como pulsão comum, as demandas acerca das (possíveis) formulações autorais com base nas estruturas curriculares que se apresentam como institucionalizadas; na mesma medida, as probabilidades dos processos artístico-metodológicos, isto é, como as teorizações culturais podem ser adequadas à prática artística; ou ainda, como estreitar, na sala de aula, as porções curriculares enunciadas às experiências estéticas (e vice-versa).

É importante que seja dito que o currículo é entendido como o conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos, isto é, os saberes, competências, representações, tendências valores etc transmitidos nas práticas pedagógicas da educação escolar. Compartilhamos com as palavras de Libâneo (2012, p. 489), que diz:

(a) Um currículo precisa ser democrático, isto é, garantir a todos uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas de cidadania (relativa a critérios de solidariedade e justiça, à alteridade, à descoberta e respeito do outro, ao aprender a viver junto etc); b) O currículo escolar representa o cruzamento de culturas, constituindo espaço de síntese, uma vez que a cultura elaborada se articula com os conhecimentos e experiências concretas dos alunos em seu meio social e com a cultura dos meios de comunicação, da cidade e de suas práticas sociais. Isso significa propiciar aos alunos conhecimentos e experiências

diversificadas, integrando no currículo a variedade de culturas que perpassa a escola: a científica, a acadêmica, expressa no currículo, a social, a dos alunos, a das mídias, a escolar (organizacional). Trata-se de compreender a escola como lugar de síntese entre a cultura formal, sistematizada, e a cultura experienciada na família, na rua, na cidade, nas mídias e em outros contextos culturais, o que implica formular coletivamente formas pedagógico-didáticas de assegurar essa articulação; c) O provimento da cultura escolar aos alunos e a constituição de um espaço democrático na organização escolar devem incluir a interculturalidade: o respeito e valorização da diversidade cultural e das diferentes origens sociais dos alunos, o combate ao racismo e a outros tipos de discriminação e preconceito. O currículo intercultural é o que, com uma base comum de cultura geral para todos, acolhe a diversidade e a experiência particular dos diferentes grupos de alunos e propicia, na escola e nas salas de aula, um espaço de diálogo e comunicação entre grupos sociais diversos. Um dos mais relevantes objetivos democráticos do ensino consiste em fazer da instituição escolar um lugar em que todos possam experimentar sua própria forma de realização e sucesso; d) Por outro lado, trata-se não apenas de atender às necessidades e expectativas da comunidade, de modo que se respeite a cultura local, mas também pensar sobre valores, modos de vida e hábitos que precisam ser modificados, para a construção de um projeto civilizatório; e) Currículo tem que ver com a organização espacial da cidade e com o modo pelo qual as pessoas de todos os segmentos sociais se movem nela. Trata, portanto, da qualidade de vida possível, mediante a análise dos elementos que demarcam a dinâmica da cidade: produção, circulação, moradia; f) Um bom currículo ajuda a fortalecer a identidade pessoal, a subjetividade dos alunos. Trata não só de atender e favorecer a diversidade entre o alunado, mas também de promover em cada aluno competências distintas que os tornem mais plenos e autônomos em seu desenvolvimento pessoal, o que, sem dúvida, pode facilitar igualmente seu êxito profissional; g) A organização curricular precisa prever tentativas de enriquecimento do currículo, pela interdisciplinaridade, e de coordenação de disciplinas, por meio de projetos comuns.

Pensando assim, o texto vem circundar os temas e conteúdos institucionalizados para a disciplina de Artes Visuais como propulsores, muitas vezes, somente enquanto teorizações. Dito de outro modo, considera-se o embate, que acredita-se inevitável, posto ao docente quando percebe que a historiografia da arte só faz sentido para o aluno quando é dinamizada plasticamente nas aulas de Arte; quando o docente procura relacionar o programa curricular institucionalizado nos seus respectivos projetos e pesquisas autorais - o mesmo que experimentar os alcances teóricos de modo pragmático.

O que de fato justifica a relevância do tema abordado é que, ao nos depararmos com tais diretrizes curriculares da escola pública para a disciplina de Artes, algumas hipóteses são, de imediato, levantadas pelo grupo de pesquisa acadêmica para fins metodológicos próprios: Como os docentes devem considerar as diretrizes curriculares a fim de estabelecerem conexões (entre os inúmeros temas e conteúdos artísticos) com projetos e pesquisas autorais (CANDAU, 2014; LOPES e MACEDO, 2011; ALVES, 2003; OLIVEIRA, 2013)?; Como a historiografia da arte e cultura visual do cotidiano dialogam na dinamização curricular desenvolvida pelo docente na sala de aula (BARBOSA, 2002; 2010; HERNÁNDEZ, 2000; 2007)?; É possível, ao docente, articular as teorizações curriculares das secretarias de educação pública às particularidades culturais das respectivas comunidades escolares (FERRAZ E FUSARI, 2009; 2010)?

Para tanto, é oportuno traçar um paralelo entre o contexto (de persistência) do ensino de Artes na educação pública a partir do levantamento de alguns tópicos considerados principais tanto do “Plano Municipal de Educação” / PME (2018) como do “Currículo Mínimo” (2013), ambos vigorantes nas Secretarias de Educação do Rio de Janeiro – respectivamente, a saber, do Município e do Estado. Tal paralelo é respaldado na abordagem que prescreve à recém instaurada Base Nacional Comum Curricular / BNCC (2018) ancorada, é certo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais / PCNs (1997) - até então vigente. Sendo assim, é inevitável que a preocupação esteja voltada à historicidade do ensino de Artes com um longo processo de instauração e inserção na grade curricular da Educação Básica. Processo, sem dúvida, de ação e persistência artístico-pedagógica.

2 | CURRÍCULOS DE ARTES – TRAJETÓRIAS (DE ENSINO) EM CONSONÂNCIA NA SALA DE AULA

A revisão da trajetória do ensino de Artes deve considerar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau nº 5.692/71 que garantiu, à época, a obrigatoriedade da Educação Artística como atividade escolar no currículo da educação básica – a abordagem dos conteúdos de Artes Plásticas, Teatro, Música e Dança. Apesar da obrigatoriedade do ensino da área de Arte com a nova lei passar a ser curricular, não houve a obrigatoriedade da formação de professores específicos para lecionar a “atividade” na escola; ao contrário, as lacunas ampliaram as especificidades das áreas mencionadas à Educação Artística, o que não garantiu o professor qualificado/habilitado em determinada área e, sim, um professor polivalente.

Nos concursos atuais para a seleção de docentes de Arte não são discriminadas as modalidades de ensino - e exige-se apenas que o candidato tenha uma formação em Licenciatura, em qualquer das linguagens artísticas. E as provas de seleção ainda hoje são realizadas com base numa formação polivalente, ou seja, com conteúdos referentes às diferentes linguagens artísticas, não respeitando a formação inicial (ou principal) do docente.

A década que sucedeu a lei, segundo Ferraz e Fusari (2009), ficou marcada como um período de muitas lutas pela redemocratização do Brasil, sendo também um momento de organização dos Arte-educadores brasileiros para o enfrentamento das mazelas do ensino de Arte. Diversas associações de Arte-Educadores surgem em diferentes estados e regiões do país. Em 1982, por exemplo, é fundada a primeira Associação de Arte-educadores do Estado de São Paulo (AESP). No ano de 1987, em decorrência da criação das diversas associações, também surge a Federação Nacional dos Arte-Educadores do Brasil (FAEB). Nos anos 1990, os Arte-Educadores preocupam-se na mobilização pela garantia da permanência do ensino de Arte no currículo escolar. O que ocorre com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, n. 9.394, de 1996. A Arte é instituída como disciplina no currículo de todos os níveis da Educação Básica com as especificidades de Artes Plásticas, Música, Teatro e Dança.

No ano seguinte, 1997, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais / PCNs a área de Arte aufere princípios pedagógicos específicos. Nesse documento, a Arte está representada como uma área de conhecimento humano, sendo explicitadas as linguagens artísticas que partem da área, com conteúdos próprios, e apresentando, também, algumas sugestões que ajudam a criar projetos educativos e a planejar as aulas de Arte, como as reflexões sobre a prática educativa.

A aprovação da Lei n.10.639, de 2003, também foi um marco relevante para a educação intercultural no Brasil: esta é a primeira lei que prevê a obrigatoriedade na Educação Básica do ensino de história da África e das culturas africanas e afro-brasileiras. A Lei n. 11.645, de 2008, complementa a lei anterior acrescentando o ensino de história e culturas indígenas. É imprescindível que o ensino de Artes também perpassa pelas particularidades de tais culturas.

Atualmente, o que se vê é a instauração da Base Nacional Comum Curricular / BNCC (2018) que desconsidera a Arte como área de conhecimento, tornando-a uma disciplina que deixa de ser ‘obrigatória e prioritária’ - o que abre espaço para justificar a ausência da disciplina nas escolas do primeiro seguimento, por exemplo, acarretando, sobretudo, demandas futuras diante o ensino de Arte.

A BNCC, ao incluir Arte como um componente curricular na área denominada Linguagens, a desconsidera como área de conhecimento específica, negando a luta histórica dos arte educadores brasileiros em sua defesa. Com a proposta da BNCC, a área de conhecimento Linguagens é composta pelos componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. Ao emoldurar a disciplina Arte no bloco “linguagem”, a BNCC traduz uma escolha arbitrária e imposta, desconsiderando as conquistas da arte e entendendo cada uma das quatro linguagens do componente curricular – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – como uma única unidade temática.

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis **dimensões do conhecimento** que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola. Não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem para se trabalhar com cada uma no campo pedagógico. (BNCC, *idem*, p. 194).

As dimensões, a saber, são: *Criação*, que refere-se ao fazer artístico; uma atitude intencional e investigativa com representações e produções artísticas individuais / coletivas; *Crítica*, que refere-se a novas compreensões do espaço cotidiano, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais,

econômicos e culturais; *Estesia*, que refere-se à percepção dos sujeitos em relação ao espaço-tempo, às imagens e aos diferentes materiais; *Expressão*, que refere-se às possibilidades de criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos; *Fruição*, que refere-se ao deleite em práticas artísticas e culturais; *Reflexão*, que refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruções, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. (BNCC, *id*).

Uma outra questão relevante adotada na rede municipal de ensino, com base na BNCC, foi a redução de carga horária mínima obrigatória das disciplinas Artes Plásticas, Teatro e Música no 1º seguimento do Ensino Fundamental. Tais disciplinas têm a carga horária reduzida para a metade do tempo obrigatório, ou seja, passa de 2 (dois) tempos de 50 (cinquenta) minutos/semanal, para 1 (um) tempo de 50 (cinquenta) minutos/semanal - apenas. Mesmo com a ampliação de datas previstas no calendário para todos professores de todas unidades escolares dos CEs (Centros de Estudo), a perda de 1 (um) tempo de 50 (cinquenta) minutos de aula de Artes afeta, inevitavelmente, a toda a estrutura educacional, inclusive, no tocante ao planejamento das aulas. Ao diminuir a carga horária do ensino de Arte, o PME (assim como na BNCC), retorna com a possibilidade da polivalência do professor de Arte - o que já foi comprovado como extremamente prejudicial para os alunos e para todo sistema de ensino.

Quanto à rede municipal de educação pública na cidade do Rio de Janeiro, e também gratuita no Brasil, também na cidade do Rio de Janeiro, a atual gestão fez modificações pontuais no currículo básico - implantado em 2009 - para todas as disciplinas do 1º ao 9º do Ensino Fundamental. O conjunto dessas modificações deu origem ao “Plano Municipal de Educação” (PME). Construído em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o PME foi aprovado em 28 de maio de 2018 com vigência por dez anos. O PME se configura em uma reorientação curricular, à luz da implementação da BNCC (2018), e contou com a participação de especialistas e professores da rede municipal de educação na sua construção.

Em se tratando das orientações curriculares da rede municipal de ensino de Artes na Educação Básica, os eixos temáticos propostos para os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental são: “Identidade”, “Memória”, “Ética”, “Ecoart” e “Autonomia”. Esses temas visam desenvolver a percepção sensível e a imaginação criadora através da historiografia da arte perpassando pela Arte Africana, Indígena, Oriental e, ainda, a Arte contemporânea - com o aporte dos elementos visuais da linguagem plástica.

Já no 4º e 5º anos, além desses mesmos eixos, há também o eixo “Ritos de Passagem”, com o objetivo de valorizar as diferentes manifestações dos povos, inclusive no entorno da escola. A intenção é reconhecer a perspectiva plural, multicultural e contemporânea de diferentes povos.

Os eixos temáticos do 6º ao 9º ano são ampliados considerando os eixos

desenvolvidos nas séries anteriores, quais sejam: “Identidade”, “Patrimônio Cultural e Memória”, “Ecoart”, “Ética”, “Autonomia”; “Ritos de Passagem”. Os objetivos principais são desde leituras de imagens veiculadas pela mídia e indústria cultural; assim como a apreciação estética e o reconhecimento dos elementos da visualidade plástica diante às tecnologias atuais.

As orientações curriculares continuam, entretanto, organizadas por bimestres, e o acompanhamento e avaliação da Secretaria Municipal de Educação também se estruturam nessa ordem. A secretaria disponibiliza a “Educopédia”, um apoio curricular para professores. Desenvolvida e revisada por professores, os profissionais da rede (e visitantes) têm acesso a diferentes planejamentos. Funcionando como uma plataforma *online*, colaborativa e com aulas digitais, a “Educopédia” tem atividades que incluem planos de aula de todas as disciplinas, de acordo com as orientações curriculares da Secretaria Municipal da Educação. Os professores podem recorrer, ainda, à “Educopédia” durante as aulas ou como recomendação aos alunos para que se aprofundem nos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. O programa oferece uma opção rápida e fácil para professores que desejam integrar tecnologias às suas aulas. As disciplinas estão divididas em 32 aulas digitais, que correspondem às semanas do ano letivo. A plataforma também dispõe de cursos de formação para os educadores *online* e presencial.

Quanto à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro / SEEDUC, no ano de 2013, elaborou o “Currículo Mínimo” da rede de ensino como um documento de referência (vigorante até o corrente ano letivo) à todas as escolas, apresentando as competências e habilidades que devem constar nos planos de curso e nas aulas dos docentes.

O “Currículo Mínimo” é voltado para as Artes Visuais do Ensino Fundamental (2º segmento) ao ensino médio. Para o fundamental, o currículo elenca alguns temas principais norteadores para todo o ano letivo: “Artes e suas matrizes”, no 6º ano; “Artes e história”, no 7º ano; “Artes e contemporaneidade”, no 8º ano; e “Artes e sociedade”, no 9º ano. É preciso mencionar que a pesquisa volta-se estritamente às Artes Visuais por ser a área de conhecimentos dos pesquisadores envolvidos na pesquisa.

Os itens mencionados no “Currículo Mínimo” de forma clara e objetiva são, a saber: um “tema” específico para cada ano de escolaridade; um “eixo temático” dividido em “habilidades e competências” no decorrer dos quatro bimestres. Tais “habilidades e competências” apresentam objetivos específicos para as etapas a serem desenvolvidas, tais como a contextualização, a apreciação e a experimentação/fazer (BARBOSA, 2010) - o que contribuem nas articulações curriculares do docente. Por exemplo, no 6º ano, o tema “Artes e suas matrizes” desdobra-se nos tópicos “Arte e linguagem”; “Matrizes culturais e estudo da cor” (arte indígena); “Matrizes culturais e elementos da visualidade” (arte africana); “Matrizes culturais europeias”. Quanto ao 7º ano, o tema “Arte e história” traz os seguintes desdobramentos:

“Contextualização histórica”; “Escultura como corpo”; “Olhar fotográfico”; “Patrimônio Cultural”. Já no 8º ano, o tema “Artes e contemporaneidade” traz como tópicos: “Arte Pública”; “Globalização”; “Hibridismo” (arte contemporânea); “Material na Arte contemporânea”. Ao 9º ano, o tema “Arte e Sociedade” é subdividido em “Artes, sociedade e cotidiano”; “Movimento Modernista”; “Mobilização Social” (*hip-hop*, grafite e também intervenções no ambiente escolar; “Fotografia e Representação Gráfica”.

O que se percebe é que cada eixo temático visa ser explorado com base na Abordagem Triangular, de Ana Mae Barbosa (2010), ou seja, a partir da contextualização de um tema da História da Arte, a decorrente apreciação estética de imagens e a experimentação artística – a aula prática propriamente dita. É inegável a relevância da Abordagem Triangular para a transformação e atualização ao ensino das Artes desde o final da década de 80 e início dos anos 90 do século XX – e que repercute até os dias atuais. Como sabe-se, essa abordagem, configurada por Barbosa em seu livro *A imagem no ensino da arte: anos 80 e novos tempos* (2010), foi e tem sido aprimorada, de modo inevitável, no decorrer do tempo. Sem dúvidas, a partir da orientação sistematizada do currículo proposto pela secretaria de educação, o docente sente-se apto a desenvolver seus próprios processos e desencadeamentos artísticos em diálogo com a diversidade estética das linguagens estudadas na historiografia da arte – e também com as inferências da cultura visual da atualidade.

A propósito, por cultura visual (HERNÁNDEZ, 2007) entende-se a expansão do termo utilizado para a abordagem educativa que considera as expressões multimidiáticas da arte na vida social, quer dizer, as elaborações imagéticas circulantes na publicidade e no espaço urbano, em objetos do cotidiano, na moda, na internet etc. – e não somente restrito às produções artísticas de linguagens convencionais e em circulação nos recorrentes espaços de exibição de arte, como museus, galerias e centros culturais.

O “Currículo Mínimo” para o ensino médio, entretanto, na educação pública, é voltado exclusivamente para a 2ª série e também está distribuído por eixos temáticos divididos para os consecutivos quatro bimestres. Tais eixos são responsáveis por orientar os profissionais da disciplina acerca dos conteúdos e práticas a serem trabalhados ao longo do ano letivo, tais como, “Artista, sociedade e cotidiano”; “Movimento pós-modernista”; “Arte, tecnologia e novas mídias” (questões acerca da cultura de massa, consumo, globalização e tecnologias); e, “Cinema como Arte”.

É possível, no entanto, relacionar o “Plano Municipal de Educação” e o “Currículo Mínimo” da Secretaria de Educação do Estado, ambos do Rio de Janeiro, à Base Nacional Comum Curricular no que concerne às suas respectivas diretrizes curriculares para o ensino fundamental como aos anos finais (incluindo o ensino médio) na disciplina de Artes Visuais. Os conteúdos, propriamente ditos, são apresentados como “objetos de conhecimento” subdivididos em: contextos e

práticas; elementos da linguagem; materialidades; processos de criação; e, sistemas da linguagem – como indicado na BNCC. Em decorrência, o docente pode sentir-se apto a desenvolver articulações pedagógicas dos currículos das secretarias de educação com as habilidades específicas de Artes Visuais. A sistematização dos temas e conteúdos propostos não deve desconsiderar os diferentes contextos culturais que os alunos trazem consigo para o espaço escolar. E é, a partir desse olhar, que o docente pode sentir-se predisposto a intervir nas fronteiras dialógicas entre o currículo institucionalizado e a dinamização dos processos artístico-metodológicos. Aproveitando o elenco dos eixos temáticos, por exemplo, para testar e experienciar plasticamente os seus próprios questionamentos e visões pessoais dos temas / conteúdos.

Sem dúvida, entendemos que a demanda da educação atual no Brasil é por conteúdos que sejam dinamizados e circunstanciados aos diferentes cotidianos e expectativas dos alunos; às urgências do tempo-espaço da atualidade. Provavelmente esteja aí a lacuna que o docente consciente de suas possibilidades autorais possa ampliar e dinamizar em extensões pedagógicas do que repercute historicamente como um amplo e genérico currículo escolar, na esteira, inclusive, da BNCC.

O que se pode constatar após o levantamento e estudo tanto do “Plano Municipal de Educação” como do “Currículo Mínimo” da rede estadual cariocas são temas prioritariamente abrangentes - propositalmente -, haja vista as inúmeras articulações (acessíveis) que o docente pode desenvolver em suas aulas. Acredita-se ser imprescindível que as orientações curriculares tornem-se próximas das profícuas relações do ensino-aprendizagem e das especificidades culturais de um específico espaço escolar. Do mesmo modo, que seja relacionada a apropriação dos saberes do aluno advindas de diversas culturas e também das realidades com as quais ele possa ter conhecimento, afinal, “Através da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação (...), desenvolver a capacidade crítica (...) e a capacidade criadora de maneira a mudar a realidade que foi analisada”. (BARBOSA, 2009, p. 18),

Espera-se, em outras palavras, que a medida que ao aluno seja ofertada a possibilidade crítica de relações culturais de tempos diferentes, mas atrelados em algum aspecto com o seu próprio tempo, a aprendizagem torne-se mais fluida – principalmente frente aos objetivos primordiais de Artes; a sala de aula como espaço voltado à criações e percepções critico-estéticas da prática visual.

3 | CONSIDERAÇÕES – COM A PORTA ENTREABERTA

O que se percebe em tais diretrizes curriculares das redes públicas de educação do Rio, nesse breve e introdutório estudo, são enumerações abrangentes de temas e conteúdos específicos mais relevantes na área de Artes Visuais em consonância com as competências gerais da Educação Básica apontadas na BNCC. Ambos,

propõem habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos ao longo dos ensinos fundamental e médio. As competências são alcançadas com a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores necessários para que os alunos possam lidar com questões da vida social contemporânea, incluindo os desafios do mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

O ensino de Arte adquire especial importância em razão de seu potencial para tratar de temas de relevância ética e estética também com os alunos da Educação Básica ao ser capaz de suscitar debates relativos às hibridações referentes à identidade, à diversidade cultural e, sobretudo, ao diálogo com as especificidades das culturas.

O entendimento da arte enquanto um ensino voltado para a produção de conhecimento e pesquisas que segue continuamente dinamizada como prática de percursos dialógicos com o cotidiano do espaço escolar. Na persistência de estabelecer a arte como conhecimento, respaldada na própria resistência histórica do Ensino da Arte, acredita-se que as aulas de Artes devem estabelecer um processo de ensino/aprendizagem integrado a uma metodologia que leve a dinamização da vida dos discentes e docentes também para o espaço da escola.

O que não deve ocorrer é a repetição de técnicas artesanais que nada mais são do que atividades manuais sem nenhum ou restrito conteúdo anunciado por obras já consagradas, por exemplo. Do mesmo modo, o que não deve ser recorrente são propostas visuais restritas às datas, aos fatos históricos e às leituras formais dos elementos visuais de obras de arte europeizantes e comumente re-conhecidas, alheios aos vieses crítico e estético relacionados ao cotidiano do aluno (e à cultura visual da contemporaneidade).

Cabe ao professor de Arte suscitar percursos e pesquisas autorais para que outros novos olhares estéticos não se limitem apenas à cultura erudita e massificada; mas que sejam capazes de lançar um olhar crítico do que está à sua volta cotidianamente, como manifestações artísticas da cultura visual, por exemplo, além de expressões massificadas no espaço urbano. Um olhar que alcance a amplitude de códigos visuais e culturais – incluindo-se as heterogeneidades. De forma a propagar o respeito às expressões culturais e ao patrimônio cultural alegoricamente recorrentes na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. G. *Cultura e cotidiano escolar*. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 23, 2003.

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos*. 8. ed. São Paulo, Perspectiva, 2010.

- _____. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- _____. *Ensino da arte: memória e história*. São Paulo, Perspectiva, 2008.
- _____. (Org.). *Inquietações e mudanças no ensino da Arte*. São Paulo, Cortez, 2002.
- _____. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte, Ed. C/Arte, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*. Brasília, MEC/SEF, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo, EDUSP, 2015.
- CANDAU, Vera Maria. *Currículos, disciplinas escolares e culturas*. Petrópolis, Vozes, 2014.
- FERRAZ, Maria Heloísa C. De T.; FUSARI, Maria F. De Rezende. *Arte na educação escolar*. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- _____. *Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Catadores da Cultura Visual*. Porto Alegre, Editora Mediação, 2007.
- _____. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre, Artmed, 2000.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo, Cortez, 2012.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo, Cortez, 2011.
- MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. *Educação da cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa*. Santa Maria, UFSM, 2009.
- MEC – Ministério da Educação. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular**. Disponível <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso: 05 de janeiro de 2018.
- OLIVEIRA, I. B. *Currículo e processo de aprendizagem ensino: Políticas práticas Educacionais Cotidianas*. **Currículo sem fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013.
- ORIENTAÇÕES CURRICULARES 2016. *Rioeduca*. Disponível em: <<http://www.rioeduca.net/blogViews.php?id=5265>> Acesso: 28 de março de 2019.
- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2018. *Leis Municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2018/636/6362/lei-ordinaria-n-6362-2018-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>> Acesso: 28 de março de 2019.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO / SEEDUC. Currículo Mínimo Arte 2013. Disponível em <http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5c3c7b44-9c42-4cc2-bed1-85b10a7754d4&groupId=91317> Acesso: 01 de abril de 2018.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / SME. *Multieducação: o Ensino de Artes Plásticas*. Rio de Janeiro, 2008. Série Temas em Debate.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso ao ensino superior 148
Ações afirmativas 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
Alimentação escolar 6, 141, 144, 145, 146, 147

B

BNCC 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 223, 226, 227, 228, 231, 233

C

Carreira 70, 79, 93, 113, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 156, 182, 184, 185
Ciência 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 79, 82, 83, 85, 87, 111, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 214
Ciências humanas 24, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 124, 206
Ciências naturais 43, 44, 50, 51, 164
Classe social 36, 37, 40, 56, 101
Conhecimento científico 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 68, 87, 93
Crise 40, 88, 89, 90, 155, 181, 182, 184, 186, 212, 238, 241
Crise docente 88, 89, 90
Currículo integrado 59, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179

D

Desconstrução 37, 39, 195, 197, 202
Direito 9, 47, 57, 80, 115, 125, 134, 135, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 159, 163, 166, 172, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 216
Direito à educação 9, 80, 115, 148, 149, 151
Docente 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 43, 70, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 118, 124, 133, 134, 140, 141, 157, 162, 164, 188, 189, 192, 194, 210, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231
Documentos do IFPA 168

E

Educação infantil 24, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 159, 196, 201, 204, 205
Educação musical 98, 99, 100, 101, 102, 104, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 252
Educação profissional 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 115, 152, 169, 171, 176, 179, 210
Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas 77, 79
Educação superior 11, 17, 21, 78, 79, 80, 87, 95, 106, 147, 154, 159, 183, 186

EJA 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Enfermagem 16, 17, 18, 19, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 124

Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Ensino aprendizagem 5, 88, 110, 123

Ensino de arte 195, 205, 206, 216, 233

Ensino superior 11, 12, 14, 17, 18, 20, 35, 81, 90, 94, 96, 97, 113, 116, 120, 122, 124, 126, 148, 150, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 210, 212

Estágio supervisionado 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 98, 99, 100, 101, 103, 210

Estereótipos 158, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Expressividade 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 119

F

Formação acadêmica 81, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132

Formação continuada 33, 86, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 148, 155, 188, 189, 194

Formação de professores 11, 13, 20, 22, 27, 33, 51, 52, 98, 104, 114, 115, 116, 133, 140, 147, 148, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 188, 205, 209, 211, 216, 226

Formação integral 4, 54, 60, 61, 62, 128, 176, 179, 216

Formação profissional 23, 58, 64, 70, 71, 72, 109, 112, 116, 123, 152, 156, 162, 172, 177

G

Gestão administrativa financeira 1

Gestão compartilhada 1, 5, 8, 9, 10

H

Hora-atividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

I

Identidade 9, 10, 20, 21, 22, 30, 31, 35, 36, 41, 94, 97, 112, 119, 131, 179, 181, 184, 185, 186, 222, 225, 228, 229, 232, 242

Integração curricular 54, 60, 61, 62, 176

M

Metodologias ativas de ensino 120, 188

O

Ontopsicologia 181, 182, 184, 185, 186, 187

P

Pedagogia universitária 11, 14, 20, 21, 115, 141, 194

Políticas públicas 61, 65, 70, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 94, 148, 150, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 209, 212, 242

Pós-modernidade 36

Professor 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 48, 49, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 134, 136, 147, 149, 160, 163, 166, 170, 182, 183, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 228, 232, 236, 240, 246, 247, 250, 253

Projeto integrador 168, 169, 175, 176, 177

Promoção da saúde 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 147

Publicação científica 77, 81, 83

R

Regulamentações 141

T

Trabalho docente 11, 12, 18, 20, 21, 94, 112, 133, 140

U

Universidade 2, 11, 22, 24, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 54, 64, 87, 88, 91, 96, 98, 103, 105, 107, 110, 112, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 140, 141, 148, 153, 155, 157, 162, 167, 179, 183, 194, 195, 197, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 223, 224, 239, 243, 253

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-666-9

